

Clipping n° 878

, 04 Outubro 2011 - 11:07:01

Poucos meses após instalar solução Kodak, Diário do Paraná divulga resultados positivos

Poucos meses após adotar a solução de pré-impressão Kodak em sua produção, o Diário do Paraná divulga resultados positivos. O jornal, que foi o primeiro no Brasil a usar impressão UV e o primeiro na região Norte a instalar um CtP, agora aposta mais uma vez na vanguarda e anuncia a instalação de um Workflow Kodak Prinergy, CtP Kodak Trendsetter News com o uso de chapas térmicas Kodak que dispensam qualquer processo químico. Destaca-se a economia que foi obtida no processo como um todo, acarretada principalmente pela total ausência de químicos, dispensa o uso de água, economia de tinta devido a gravação com tecnologia de pontos Kodak SquareSpot e aumento da qualidade, com imagens mais vibrantes e tons realçados. Com a solução de pré-impressão Kodak que inclui, além do workflow e CtP, as chapas sem processo Kodak PF-N - o Diário do Paraná está produzindo com tiragens de 55 mil exemplares usando tinta UV. Além disso, esse foi outro destaque da solução implantada no jornal paraense. Fonte: Abigraf

Fator previdenciário: IBGE lança nova tabela de expectativa de vida

Quem completou o tempo mínimo de contribuição (35 anos, para os homens, e 30 anos, para as mulheres) e quer fugir do fator previdenciário menor tem até o dia 30 de novembro para pedir a aposentadoria.

É que a partir de 1º de dezembro, o governo adota a nova tabela de expectativa de vida do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aumentando o desconto do fator.

O índice é multiplicado no benefício, considerando o tempo de contribuição e a idade do segurado, além da expectativa de vida no país.

A fórmula induz as pessoas a não se aposentarem cedo, pois quanto maior a contribuição e a idade, maior o índice do fator e menor o desconto na aposentadoria.

Mas, quando a expectativa de vida se eleva (essa é a tendência neste ano, com base no censo de 2010), menor é o índice do fator, o que reduz mais o benefício. (Fonte: Blog O outro lado da notícia)

Justiça proíbe Correios de descontar salário de grevistas

O desembargador Macedo Caron, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), que engloba Brasília e Tocantins, proibiu os Correios de descontar o salário dos trabalhadores que estão em greve.

A decisão foi tomada na última sexta-feira (30) pelo magistrado e cassa entendimento da 3ª Vara de Trabalho de Brasília, que não impediu que a ECT cortasse os vencimentos.

De acordo com o desembargador, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) determinou a suspensão do pagamento dos grevistas sem negociação prévia e sem levar em conta que o salário tem natureza alimentar.

Para Caron, isso foi uma "verdadeira pressão para que os grevistas voltem ao trabalho, resultando em efetiva afronta ao próprio direito de greve".

O desembargador acredita que há possibilidade de uma solução menos prejudicial para ambas as partes, como o desconto mais

ameno dos dias parados ou a compensação com horas trabalhadas.

Além de proibir a suspensão do salário até o fim do movimento grevista, ele determina que haja devolução dos valores já debitados em folha suplementar, sob pena de multa. Ainda cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). (Fonte: Agência Brasil)

Centrais sindicais definem pauta mínima da classe trabalhadora

Dirigentes das centrais sindicais CTB, CGTB, Força Sindical, NCST e UGT, reunidos na última sexta-feira (30), na sede da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) definiram a elaboração de uma pauta mínima da classe trabalhadora para o próximo período - de outubro até o Dia do Trabalhador, em 1º de Maio de 2012.

No calendário mínimo das atividades referentes às pautas trabalhistas deverão constar os temas sobre a regulamentação das terceirizações, do trabalho decente e a definição sobre a organização do dia do trabalhador do próximo ano, que será unitário, com a participação das cinco centrais sindicais.

Trabalho Decente é um dos itens inseridos no novo calendário das centrais que procuram realmente estabelecer para os trabalhadores e trabalhadoras um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

A necessidade da regulamentação da terceirização no Brasil é um assunto bastante polêmico e que precisa de uma regulamentação que atenda tanto a geração de empregos como a preservação dos direitos trabalhistas a todos e igualdade de condições aos trabalhadores com atividades semelhantes.

No próximo dia 17 de outubro toda a agenda será comunicada após reunião marcada para a sede da Força Sindical. Os movimentos reivindicatórios de diversas categorias de trabalhadores que acontecem em todo o país também foram abordados durante o encontro.

Neste ano as comemorações do 1º de Maio Unificado das centrais sindicais levaram mais de 1,5 milhão de trabalhadores às ruas durante o Dia do Trabalhador. Wagner Gomes, presidente da CTB, ressaltou durante a reunião das centrais: "Mais uma vez a unidade das centrais sindicais se concretiza para fortalecer a luta da classe trabalhadora". (Fonte: Portal CTB)

Ponto eletrônico impresso é adiado novamente e só valerá a partir de janeiro de 2012

Brasília A adoção do ponto eletrônico impresso foi adiada pela quarta vez e passa a valer apenas a partir de janeiro de 2012, de acordo com portaria publicada hoje (3) pelo Ministério do Trabalho no Diário Oficial da União.

O sistema será obrigatório para empresas com mais de dez empregados que já utilizam equipamentos de ponto eletrônico. Elas deverão oferecer ao funcionário a possibilidade de imprimir o comprovante de entrada e de saída do trabalho. A medida não precisará ser seguida por órgãos públicos. A entrada em vigor da Portaria 1.510 foi adiada para dar mais tempo às empresas para se adequarem aos equipamentos. Desde a edição do texto, em 2009, há divergências entre os setores sindicais e as confederações patronais. Para os sindicatos, a portaria vai evitar que os trabalhadores façam horas extras e não recebam por elas. Já as entidades sindicais patronais argumentam que a adoção do ponto eletrônico pode gerar altos custos, principalmente para as pequenas empresas.

Jorge Caetano Fermino